

JOSÉ REIS (*)

A ECONOMIA AGRÁRIA E A PEQUENA AGRICULTURA

1. A ECONOMIA AGRÁRIA — UMA MICROECONOMIA

Num livrinho publicado em 1923 pelo jornal «O Lavrador», chamado «Contas do Lavrador, Escripuração Agrícola», procurava-se a maneira de, na agricultura, se «produzir em condições de *lucro*, acabando com [a] cultura [que] não pôde produzir mais barato para tentar outra naquele terreno»⁽¹⁾. Visava-se aqui que os agricultores conseguissem estes objectivos através da «organização da sua escripta, conscios de que lhes advirão d'ahi grandes vantagens»⁽²⁾ (sic), maiores que as que resultavam do velho processo de «pé de meia» onde — exploração e vida doméstica — tudo se juntava.

Esta pequena «curiosidade» com que inicio este trabalho tem para mim alguma utilidade. É que, a propósito da pequena agricultura, procurarei reflectir sobre a maneira como a economia agrária tem estruturado o seu corpo teórico e definido o seu objecto e, assim, verificar que lugar tem conferido à pequena agricultura.

Partirei da ideia de que, no que diz respeito à delimitação do seu âmbito ou à constituição do seu objecto, a economia agrária, nas suas concepções dominantes, se tem revelado analiticamente *restrita* e teoricamente *normativa*.

Quero com isto dizer que, por um lado é a óptica do individual, do manifestamente microeconómico que tem prevalecido. Em diversas formulações, que vão desde o entendimento da economia agrária como «ciência da combinação óptima

(*) Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
Coimbra.

(1) *Contas do Lavrador, Escripuração Agrícola*, Livraria do Lavrador, XXXIV, Porto, 1923, pág. 13-14.

(2) *Ibid.*, Prefácio.

dos factores de produção agrícola» (3) até à ideia mais ampla que lhe confere o estudo das «complexas relações existentes entre a infinidade de economias privadas interessadas na agricultura» (4), permaneceu sempre um facto que nos permite constatar que a economia agrária se autonomizou como ciência da empresa agrícola. Ao proceder assim, consagrou uma visão *atomizada* da economia e da produção agrícola, típica aliás da economia neo-clássica, que se apresenta centrada sobre o indivíduo, o agente económico.

Por outro lado, a economia agrária ao analisar a exploração agrícola postulou como objectivo económico o princípio da maximização do lucro que assumiu como geral. Isto é, referenciou-se a uma racionalidade económica única que fundamenta através das categorias económicas-padrão (5). Por outras palavras, a economia agrária não deixou de enfileirar ao lado de visões dominantes noutras «ciências humanas» e designadamente na «ciência económica», evitando «a circunstância de o 'actor social', o 'agente económico', serem indivíduos dotados de razão e de imaginação, que actuam por certo dentro de quadros colectivos que interessa conhecer (eles próprios forjados ao longo de séculos de convivência social), mas com uma margem de iniciativa insusceptível de suportar leis que apresentem o rigor de enunciados da física» (6). Foi por isto, pois, que a economia agrária ganhou uma feição normativa, decorrente da racionalidade pressuposta geral. Daí que as conclusões que decorrem desta análise, assente «numa dupla óptica individual e capitalista», definam a superioridade das unidades de produção (a sua proximidade do «óptimo») na base de um critério que «considera o indivíduo como a única realidade e a procura do máximo ganho monetário como o objectivo superior que ele deve visar» (7).

(3) Cf., a propósito das diferentes concepções sobre a economia agrária, João Mendes Espada, *O Âmbito da Economia Agrária*. Texto para a cadeira de Economia Agrária do 4.º ano da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1980-81.

(4) Cf. Henrique de Barros, *Economia Agrária*, Vol. I, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1948

(5) Cf. Georgescu-Roegen, «Teoria Económica y Economía Agrária» in *La Agricultura en el Desarrollo Económico*, México, Limusa-Wiley, 1968.

(6) João Martins Pereira, *Sistemas Económicos e Consciência Social — Para uma teoria do socialismo como sistema global*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras, 1980, pág. 17.

(7) Claude Servolin, «L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste» in *L'Univers Politique des Paysans*, Ed. Armand Colin, Paris, 1973, pág. 60.

Deve a este propósito acentuar-se que, na minha ideia, a óptica das explorações não é entendida como alheia ao objecto da economia agrária. Uma teoria das explorações agrícolas é um elemento decisivo da análise da inserção da agricultura no sistema social e da definição das políticas agrárias e não é, sequer, um vector secundário no âmbito da economia agrária. Mas o que a constituição dessa teoria exige é a clara definição do objecto da economia agrária o que, a meu ver, implica tomar em consideração a inserção e o papel da agricultura no sistema social, problema teórico com o qual a abordagem dos aspectos internos das explorações se deve articular.

Aliás, a redefinição do interesse pelo nível microeconómico nos estudos rurais é especialmente frutuosa quando aparece metodologicamente enquadrada e teoricamente comprometida com uma opção que equacione a natureza global do funcionamento do sistema económico-social e, neste caso, a forma como as necessidades sociais de produtos alimentares são susceptíveis de ser satisfeitas. Esta via implica, assim, que sejam integradas no âmbito da economia agrária um conjunto de pressupostos de análise que ultrapassam o quadro que começámos por descrever e que a abordagem neo-clássica dominante claramente não comporta.

A economia agrária tem assim, a meu ver, sofrido de dois grandes vícios: o de ignorar as diversas racionalidades que coexistem na produção agrícola e o de submeter a realidade a uma mesma bitola.

Pensamos que se pode afirmar com legitimidade que a economia agrária em Portugal ⁽⁸⁾, nas suas concepções dominantes ⁽⁹⁾, não fica arredada desta caracterização. Isto, porque a economia da empresa agrícola foi o vector que mais se desenvolveu. E, aí, aplicam-se inteiramente as considerações que acabámos de fazer. Tal não significa, e é justo que se realce este aspecto, que os economistas agrários portugueses e, entre

⁽⁸⁾ Não constitui nosso objectivo analisar a economia agrária em Portugal. Sobre este assunto cf. a comunicação de Fernando Oliveira Baptista a este Colóquio: «Pequena Agricultura: Economia Agrária e Política Agrária (anos trinta — 1974)».

⁽⁹⁾ De entre os vários trabalhos que, na economia agrária portuguesa, têm surgido revelando outro tipo de preocupações na análise da exploração veja-se, por exemplo, Fernando Oliveira Baptista, «Sobre a Economia das Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção» in *Economia e Socialismo*, n.º 41-42, Agosto-Setembro, 1979; e Carlos Borges Pires, «Estratégias da Produção e do Emprego numa Cooperativa de Produção Agrícola» in *Economia e Socialismo* n.º 46-47, Janeiro-Fevereiro 1980.

eles, Henrique de Barros⁽¹⁰⁾, não tenham tido no seu horizonte problemático a questão da especificidade quer do sector agrícola, quer de algumas das suas modalidades. Mas curiosamente, e este é um aspecto a que me parece de atribuir um significado teórico importante, as questões da especificidade não surgem quando se analisam os aspectos internos da *produção*, mas quando está em causa a questão da *repartição* do rendimento social agrícola.

De facto, a teoria da produção agrícola definida pela consideração dos três factores de produção — trabalho, capital e empresário — atribui a este último uma natureza típica. «O empresário típico ou propriamente dito é o que actua no quadro do regime capitalista, com uma margem senão total pelo menos bastante ampla de liberdade nas suas decisões. O objectivo que tal empresário visa é sempre o *lucro*»⁽¹¹⁾. Como se sabe, relativamente ao «factor trabalho» são considerados os aspectos específicos do trabalho familiar, nomeadamente através da distinção custos fixos/custos variáveis e da forma como a sua reprodução é assegurada no quadro da exploração familiar. O «factor capital», por sua vez, assume a particularidade de aí ser englobada a terra, que assim surge reduzida a «simples categoria da empresa agrícola»⁽¹²⁾.

Como disse, é a propósito do estudo dos fenómenos da repartição que a questão da especificidade da esfera agrícola e, designadamente, da existência de racionalidades e objectivos económicos diversos surge com clareza. E isto acontece quando, como sublinha Henrique de Barros, os «economistas agrários, cujo problema específico era a economia da produção agrícola»,⁽¹³⁾ voltam as suas atenções para outros aspectos, neste caso a repartição que, a nosso ver, têm a importância de globalizar a análise a um nível macroeconómico. A crítica às categorias económicas clássicas e a diferente natureza dos objectivos económicos são dois aspectos muito

⁽¹⁰⁾ Cf. Henrique de Barros, *Características Específicas da Agricultura como Actividade Económica*, Lisboa, Seara Nova, 1959; *Economia e Economistas Agrários*, Lisboa, Separata da Revista da Faculdade de Direito dedicada ao Curso de Direito e Economia Agrícola, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1975.

⁽¹¹⁾ Henrique de Barros, *Economia Agrária*, Vol. I, p. 341.

⁽¹²⁾ Pedro Hespanha, «A Pequena Agricultura, o Preço da Terra e as Políticas Fundiárias». Comunicação a este Colóquio.

⁽¹³⁾ Cf. Henrique de Barros, *A Repartição do Rendimento Social-Agrícola — Introdução ao seu estudo teórico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1960.

importantes que a obra de Henrique de Barros nos faculte e que aqui reteremos para as considerações que a pequena agricultura nos sugere.

2. A ECONOMIA AGRÁRIA — RAMO DA ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO

«Uma economia é um conjunto complexo de elementos interdependentes: a observação dum elemento extraído do conjunto não permite chegar à sua plena compreensão, nem à da economia global. Para que as nossas investigações sobre as unidades de produção agrícolas sejam fecundas estas devem ser situadas no seio do meio económico definido e encaradas como partes do todo» (14).

Esta orientação metodológica que Louis Malassis nos enuncia contém significativas implicações teóricas e revela-se de grande importância para os nossos interesses (15).

Estamos perante uma ideia que, por apontar para a complexidade e interdependência dos sistemas económicos, tem que rejeitar a exclusividade de um padrão económico e a sua tradução em «óptimo». Ideia que, no campo do marxismo, frutifica através dos conceitos de articulação/coexistência de modos de produção ou, de maneira mais ampla, através do entendimento de que o m.p.c. não se caracteriza tanto pela exclusividade como pela integração de elementos portadores de referências específicas. Daí que a análise da integração da agricultura no m.p.c. e designadamente do significado que decorre da predominância da pequena agricultura seja indispensável como esclarecedora da economia das explorações (enquanto unidades de produção). É que a agricultura em m.p.c. comporta-se de maneira diversificada conduzindo à coexistência de formas de produção de natureza e objectivos económicos distintos. Quer isto dizer que a actividade de produção agrícola entendida como forma empresarial (isto é, assente no trabalho assalariado e na combinação dos factores e dos produtos tendo em vista a maximização do lucro) é apenas uma das formas de produção existentes, porventura a minoritária.

A definição do âmbito e do objecto da economia agrária comporta assim a necessária articulação dos níveis macro e microeconómico. Cabe-lhe definir o lugar da agricultura no sistema social, isto é, defini-la no e relativamente ao modo de

(14) Louis Malassis, *Economie des Exploitations Agricoles*, Paris, Armand Colin, 1958, p. 1.

(15) Isto independentemente de discutirmos a posição de C. Servolin, segundo a qual L. Malassis não realizou a sua própria proposta.

produção dominante; cabe-lhe explicar e justificar teoricamente esse facto inquestionável que é a coexistência/articulação de diferentes formas de produção agrícola, isto é, analisar as leis económicas que conduzem à diversidade na produção; cabe-lhe, por fim, construir a análise interna das explorações definindo a sua natureza e objectivos económicos.

Quer isto dizer que, na minha ideia, a economia agrária, ao preocupar-se com a análise interna da exploração não pode limitar-se a ser uma microeconomia devendo estruturar-se principalmente como ramo da economia política do desenvolvimento. Exige-se-lhe este balanço criativo, portador de uma abordagem global que sem ser teorizante esclareça a componente microeconómica, não reduzindo a ela a realidade económica e antes revelando a coerência ou incoerência da sua integração no conjunto da economia.

Este desafio, pensamos, coloca também a economia agrária no caminho da interdisciplinaridade que os estudos rurais em geral reclamam. Daí que, também para a economia agrária possamos dizer: «contra as tentações do dedutivismo teórico mais ou menos disfarçado, é necessário reafirmar que a produção de conhecimentos supõe o trabalho no terreno, a investigação empírica. Contra o hiperfactualismo empirista conduzindo ao somatório de totalidades fechadas, a ignorância de processos sociais contraditórios de conjunto, a reprodução elaborada de ideologias práticas, das noções de 'senso comum' há que procurar percursos teóricos alternativos e explícitos» (16).

Parece-me que é por «dedutivismo teórico» que a produção agrícola é entendida como tendo necessariamente que obedecer às características da organização capitalista pressuposta como exclusiva, passando a considerar-se qualquer não-consonância com esta lógica como uma «irracionalidade», «uma manifestação de atraso», uma «resistência à inovação e ao progresso» (17). É a natureza normativa da economia agrária, decorrente do papel que se atribui à racionalidade empresarial capitalista que tem retirado ao estudo da exploração agrícola o papel necessário de «campo empírico» privilegiado.

Daí que importe colocar em concorrência com a ideia difundida de crise da agricultura a ideia de crise da própria

(16) João Ferreira de Almeida, «Sobre a monografia rural», in *Análise Social*, vol. XIII, n.º 4, 1977, p. 803.

(17) M. Gervais, H. Nallet «L'entreprise agricole — Petite exploitation familiale ou grosse exploitation industrielle?» in *L'agriculture dans le système social*, Paris, INRA, 1974, p. 5.

economia agrária. Como C. Servolin fez a propósito do futuro das pequenas explorações ⁽¹⁸⁾.

Mas crise da economia agrária porquê? Talvez porque tem sido exageradamente *industrialista*. Quero com isto dizer que a ideia de que a produção agrícola se desenvolve, se terá que desenvolver, nos termos próprios da produção industrial — «a industrialização da agricultura» — tem estado no centro das concepções teóricas dos economistas agrários. Tudo se passaria de acordo com a *normalidade* da produção capitalista — a grande exploração generalizar-se-ia e a combinação da mão de obra e dos capitais far-se-ia segundo os padrões do sector industrial. A realidade da agricultura em capitalismo é, porém, bem outra, conduzindo a uma relativa «subversão» do modelo de análise. Segundo o modelo da «industrialização da agricultura» o processo seria o seguinte:

— «as técnicas de produção em massa instauradas desde há muito tempo na indústria deveriam encarregar-se progressivamente de todas as produções agrícolas». Realizar-se-ia um «acrécimo ininterrupto da produção graças à substituição do trabalho humano pela máquina, em favor da organização científica do trabalho» ⁽¹⁹⁾ ou seja, da divisão do trabalho e da cooperação complexa no interior do processo de trabalho.

— assistir-se-ia ao desaparecimento da exploração familiar tradicional e ao crescimento da grande exploração produzindo para o mercado. A pequena agricultura que não desaparecesse sujeitar-se-ia às exigências técnicas e financeiras que a mecanização exige — entraria na «era da rentabilidade», caracterizando-se pelo «espírito empresarial»;

— surgiria um novo tipo de unidades de produção, estruturadas como verdadeiras empresas, numa base de especialização e «gestão racionalizada». Elas seriam afinal a expressão da «substituição da família camponesa enquanto unidade de produção por verdadeiras equipas de trabalhadores onde cada um é especializado no conhecimento e na execução dum número limitado de técnicas que a ciência agronómica substitui ao antigo saber empírico» ⁽²⁰⁾.

⁽¹⁸⁾ C. Servolin, «Crise de l'agriculture ou crise de l'économie rural. L'avenir des petites exploitations», in *L'agriculture dans le système social*, Paris, INRA, 1974.

⁽¹⁹⁾ M. Gervais e H. Nallet, *op. cit.*, pág. 17.

⁽²⁰⁾ *Ibid.*, pág. 18.

Como se sabe, este modelo de industrialização da agricultura ganhou foros de bandeira que se ergue acompanhando as propostas de política agrária. No reverso da bandeira estava, evidentemente, a condenação da «exploração tradicional», isto é, da pequena agricultura. A sua baixa produtividade, os «custos sociais» da sua manutenção, a «irracionalidade» do seu funcionamento, a «resistência à transformação» e a «evidência» com que é injustificada são peças conhecidas dum discurso técnico, político e também teórico que se guindou à «legitimação» do senso comum.

E, a meu ver, é exactamente o facto de a realidade ter «subvertido» este modelo que desafia a economia agrária a explicar as modalidades de inserção da agricultura, e designadamente da pequena agricultura, no m.p.c.. Na explicação teórica que se fundamentar encontrar-se-á a origem dos parâmetros determinantes a que os estudos microeconómicos terão que se referenciar.

Aliás, parece-me que no caso português a análise e a compreensão do sector agrícola tem que se guindar a uma perspectiva global que situe e interprete o(s) modelo(s) que têm caracterizado a nossa economia. O próprio nível de subdesenvolvimento que nos caracteriza confere às relações entre o sector agrícola e o sector industrial particularidades especiais que decorrem da forma de submissão que se exige do primeiro em vista da debilidade do segundo. Estas relações são paradigmaticamente expressas por uma conhecida afirmação feita em meados da década de 60, por um responsável pela política económica do regime: «...assentámos o fomento industrial em salários baixos e, estes numa alimentação barata e, esta, na fixação e no congelamento, por largos períodos, de preços para os produtos agrícolas que, mantidos ao longo do tempo, desencorajaram o investimento neste sector» (21). Hoje mesmo, certos aspectos subsistem, nomeadamente o papel importante que algumas das modalidades de agricultura continuam a representar para a reprodução da força de trabalho operário.

3. PARA UM ENQUADRAMENTO DA PEQUENA AGRICULTURA NO SISTEMA SOCIAL

Em vista das opiniões anteriormente expressas pode-se concluir que é indispensável enfrentar um problema que está no cerne de todas as abordagens recentes da economia agrária

(21) Correia de Oliveira em entrevista ao Diário de Lisboa, Agosto de 1966. Citado por João Martins Pereira, *Pensar Portugal Hoje*, Lisboa, D. Quixote, 1971, p. 36.

e, portanto, da problemática que aqui nos ocupa — o «estatuto teórico» da agricultura, designadamente da pequena agricultura, no sistema social.

Parece-me claro que é nesta questão que implícita ou explicitamente entroncam as diversas ópticas. Sobre ela, a economia agrária tem produzido essencialmente *silêncios* ⁽²²⁾. Silêncios que cumprem uma função indispensável para as opções teóricas dominantes — deixar que a teoria se reproduza nas suas próprias generalizações mais que pelo mergulhar das suas raízes num objecto que a questione e faça frutificar.

Naturalmente que a questão essencial decorre das interpretações que se façam sobre a natureza do m.p.c., isto é, do conjunto de relações detectáveis nas formações sociais onde o capitalismo é dominante.

Pela minha parte tomarei como ponto de partida a ideia de que, sob o capitalismo, o processo de trabalho que conduz à produção de mercadorias ou à reprodução da força de trabalho ⁽²³⁾ se integra no processo mais vasto de valorização do capital. Mas parece-me evidente que esta concepção, para ser enriquecida e conduzir a uma análise segura, tem que pressupor que o processo de valorização se realiza segundo um conjunto diversificado de condições materiais e sociais. Ora, é exactamente o esclarecimento dessa materialidade que é indispensável à definição do «estatuto teórico» das formas de produção agrícola e que conduz ao entendimento da especificidade da pequena agricultura.

Tomaremos, pois, como adquiridas a «tutela» do m.p.c. sobre a produção mercantil agrícola e a exploração que sobre o trabalhador directo se exerce. As condições e a natureza dessa «tutela» é que deverão ser o ponto central da nossa discussão. Não serão portanto as dicotomias capitalista/não-capitalista ou exploração/não-exploração que nos parecem mais frutuosas. O importante está em saber se se considera o capitalismo como um modo de produção que se realiza de forma uniforme e exclusiva, prejudicando-se pelas sobrevivências alheias que nos seus «momentos actuais» se verificam. Ou se, pelo contrário, prevalece na sua natureza a «lógica inclusiva» que adequa de maneira positiva formas diversas. E, neste caso, em que condições essa integração se dá. A análise destas condições (não deixemos de o assinalar) não é teoricamente

⁽²²⁾ Cf. Boaventura de Sousa Santos, «Da Sociologia da Ciência à Política Científica», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 1, Julho de 1978.

⁽²³⁾ Cf. Virgínia Ferreira, «Mulheres, Família e Trabalho Doméstico no Capitalismo», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 6, Maio de 1981.

uniforme e tem conduzido a conceitos e interpretações diversas. Mas é aqui que se recolherão os parâmetros essenciais que, no caso da economia agrária, permitem fundar outras interpretações, nomeadamente as dos importantes elementos empíricos que são as explorações agrícolas.

Analisaremos brevemente, sem preocupações de exaustão, algumas das contribuições teóricas mais importantes sobre este assunto.

Philippe Evrard, Daniel Hassan e Claude Viau⁽²⁴⁾ podem ser considerados os bons representantes de uma visão para a qual a «totalidade social» não é «uma estrutura complexa de vários modos de produção, mas o campo sócio-histórico no qual o capital, entendido como relação de produção, se reproduz de maneira cada vez mais alargada» e onde o «elemento decisivo» da submissão é «a dependência estrita do produtor face a um *capital particular* para o escoamento da sua produção e portanto para a *mise en oeuvre* do seu trabalho». Qualquer produtor, e também, portanto o produtor agrícola é proletarizado. O capitalismo agro-alimentar é a expressão do capitalismo agrícola e «o único modo de valorização possível» do capital nesta esfera de produção. O campesinato sobrevive «por razões políticas» mas, nesta óptica, é-lhe rejeitada qualquer especificidade, nomeadamente a que advenha da propriedade dos meios de produção («um prolongamento da capacidade de trabalho»), pelo que o preço dos produtos agrícolas não é mais que um salário encoberto e os produtos agrícolas não são mercadorias mas bens de consumo intermédio. Naturalmente que desta concepção decorre uma crítica cerrada quer ao entendimento da pequena agricultura como parte integrante do modo de produção simples de mercadorias (p.p.m.), para os autores representado pela análise de C. Servolin, quer à consideração da força de trabalho camponesa como criadora de um excedente (sobre-trabalho) cuja extorsão é efectuada pelo «complexo agro-alimentar» dada a integração da pequena agricultura no processo de circulação, como decorre, por exemplo, dos estudos de A. Mollard⁽²⁵⁾.

Em Evrard, Hassan e Viau é, assim, por demais evidente uma concepção do capitalismo como modo de produção exclusivo, por definição destruturador de qualquer forma de produção que lhe seja alheia — daí a proletarianização dos campo-

(*) Philippe Evrard, Daniel Hassan, Claude Viau. «Petite Agriculture et Capitalisme», in *Cahiers d'Économie Politique*, n.º 4, 1976.

(25) Amedée Mollard, *Paysans Exploités — Essai sur la question paysanne*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 2.º ed., 1978.

neses, reduzidos assim a meros produtores de bens de consumo intermédio.

A sua crítica ao conceito de p.p.m. decorre do entendimento que é feito do m.p.c.. Na medida em que argumentam a volta da impossibilidade de sobrevivência de um modo de produção assente na troca simples (valores por valores) e portanto na não criação de sobretrabalho, estes autores omitem aspectos que melhor representam a globalidade da análise de Servolin (tomado como representante desta formulação teórica). Ou seja, fica arredado o aspecto central que é o de verificar como é que uma forma de produção alheia a pressupostos estritamente capitalistas é absorvida pelo m.p.c.. E essa absorção pressupõe elementos de desarticulação da sua lógica interna, nomeadamente a não realização da troca simples — os preços dos produtos não só são diferentes do seu valor como, por serem inferiores, expressam a exploração de que os produtores são objecto.

É também esta óptica exclusivista que está no cerne da crítica a Mollard: não é concebível a extorsão de sobretrabalho na esfera da circulação porquanto a exploração implicaria necessariamente que o capitalismo se apoderasse das condições de produção.

Mas vejamos, através de C. Servolin, um quadro de análise alternativo que parte do conceito de p.p.m. ⁽²⁰⁾. Numa abordagem que me parece extremamente rica e portadora de um significativo conjunto de preocupações a propósito da natureza interna da pequena agricultura e da forma da sua inserção no m.p.c., C. Servolin afasta, a meu ver, duas importantes imperfeições: a que consiste em reduzir a valorização do capital a um processo a todos os níveis homogeneizador dos diferentes processos produtivos (que significa afinal a negação de uma teoria específica da pequena agricultura); e a que encara a coexistência de formas/modos de produção como uma situação estática não reveladora da interdependência que contém e que, por via da natureza dominante do m.p.c., assume um conteúdo de integração progressiva embora desigual.

Isto apesar das dificuldades que o conceito de p.p.m. comporta — nomeadamente os pressupostos da troca simples, da natureza mercantil da produção e da inevitabilidade da sua absorção pelo m.p.c.. Neste caso contudo, parece-nos óbvio que C. Servolin relativiza o conceito, nomeadamente no que diz respeito à questão da subsistência da troca simples, que está arredada das ideias do autor.

⁽²⁰⁾ C. Servolin, «L'absorption...».

Pode dizer-se que a análise de Servolin se desenvolve em face dos «dois pressupostos principais com que «classicamente» se define a p.p.m. Por um lado, «o trabalhador directo é proprietário de todos os meios de produção. O processo de produção é por ele organizado em função de si próprio e do seu *métier*. O produto do trabalho pertence-lhe na totalidade». Por outro lado, «o objectivo da produção não é a valorização dum capital e a obtenção de um lucro, mas a subsistência do trabalhador e da sua família e a reprodução dos meios de produção necessários para a assegurar» (27).

Penso que este ponto de partida possui um importante significado — o de a análise logo se referenciar a aspectos que respeitam à natureza interna, às características específicas, da pequena agricultura: é a questão da relação do trabalhador com os meios de produção e o produto, é a questão da racionalidade económica.

Mas ele é também o marco balizador da análise da coexistência/integração da p.p.m. no m.p.c. Porque assim é, os pressupostos teóricos, «puros», são mediatizados. Daí que a propósito dos «mecanismos da coexistência» se considere desde logo como não realizada a «troca simples» que o segundo pressuposto comporta e se debruce sobre a inserção contínua da p.p.m. nos circuitos de troca, ou seja, sobre o desenvolvimento de uma produção caracterizada pelo abandono da criação de «valores de uso» em favor de «valores de troca». A indispensabilidade da realização de somas monetárias liga-se à importância que, nesta inserção, o mecanismo de preços assume.

Ao mesmo tempo, acentua-se a extorsão de valor criado pela pequena agricultura: uma vez inserida nos circuitos de troca o pequeno produtor «cede» uma fracção do valor criado (os preços são inferiores ao valor).

O «comportamento real de conservação» da pequena exploração tem dois fundamentos essenciais: a propriedade da terra e os preços dos produtos; e a especificidade do processo de trabalho em agricultura.

A propriedade da terra é um dos «males específicos» da pequena agricultura dado que «esteriliza o capital» ao mover ao capitalismo uma concorrência desmedida pela propriedade da terra, avaliando o seu preço segundo uma lógica de cálculo própria e situando-o a um nível que não permite a obtenção da taxa média de lucro. A razão desta concorrência está no facto de a terra ser «uma condição vital para a maioria dos

(27) *Ibid.*, p. 51.

produtores» (28), como elemento necessário ao domínio das suas condições de trabalho (pressuposto da p.p.m.). Esta é, pois, uma das «barreiras» que é oposta à generalização das relações capitalistas e que, portanto, se apresenta marcada por um significado económico preciso para o capital não-agrícola. Associados a esta impossibilidade de realização da taxa média de lucro estão também os preços dos produtos agrícolas. A pequena produção, na medida em que se norteia por uma racionalidade económica que visa essencialmente a reprodução da força de trabalho e dos meios de produção, permite-se colocar no mercado produtos a um preço que não satisfaz a exigência de lucro médio que uma racionalidade capitalista implica. Mais ainda, a oferta possui um comportamento «atípico» — a uma diminuição de preços corresponde frequentemente um aumento da oferta visando a obtenção de uma determinada soma monetária.

A outra «barreira» que se opõe à penetração do capitalismo na agricultura é a natureza do processo de trabalho, dada a impossibilidade que ele comporta de divisão do trabalho e cooperação complexa.

A meu ver, esta questão, para que lhe seja retirado qualquer sentido determinista, necessita de ser colocada em termos mais amplos que, aliás, o próprio C. Servolin deixa antever. Não são os aspectos técnicos e naturais inerentes ao processo de produção em agricultura que implicam a manutenção da pequena exploração mas principalmente o facto de, em vista das relações de preços, só os sistemas de produção extensivos e menos exigentes de força de trabalho serem compatíveis com o capitalismo agrário e a grande exploração baseada no trabalho assalariado (29).

Estaremos assim em presença de uma *divisão social do trabalho interna à agricultura*, cuja concretização supõe uma forma de produção dispondo de trabalho não contabilizado em termos de salário, de terra não entendida como investimento visando a taxa média de lucro e, portanto, conformando-se com a atribuição de preços dos produtos que se situam a níveis inferiores aos que uma racionalidade capitalista exigiria.

Estes são alguns parâmetros que definem o quadro das interrelações entre a pequena agricultura e o m.p.c. e que, como vimos, relevam, na ideia de C. Servolin, dos próprios pressupostos da p.p.m. que, aliás, também marcarão a evolução «rápida e profunda» a que a pequena exploração é obrigada pela sua

(28) *Ibid.*, p. 51.

(29) Cf. C. Reboul, «Mode de Production et Systemes de Culture et d'Élevage», in *Economie Rurale*, 112, Mars-Avril, 1976, 2.^{ma} Numéro.

inserção numa «formação social totalmente organizada pelo capitalismo industrial»⁽³⁰⁾.

Aqui, ficamos de novo perante outro aspecto importante da abordagem — «as forças da evolução», que caracterizam a coexistência da p.p.m. e do m.p.c. como altamente dinâmica, são procuradas na natureza interna da produção (nos «pressupostos do modo de produção» [simples de mercadorias]), e não exclusivamente num elemento externo (a concorrência capitalista) como a «explicação tradicional» deixa entender.

A análise da evolução da p.p.m. leva a uma definição mais precisa do estatuto teórico da pequena agricultura. Efectivamente, os efeitos directos (necessidade de somas de dinheiro cada vez mais importantes) e a longo prazo (procura de aumentos de produtividade através de novas tecnologias, para contrapor à extorsão de valor a que o produtor é sujeito, no caminho da especialização e da reprodução alargada do capital técnico) vêm mostrar, segundo Servolin, que o papel da pequena agricultura no m.p.c. está marcado por uma *transitoriedade* que, a prazo, destrói os pressupostos próprios que ditaram a sua evolução.

De facto, apesar de Servolin claramente se pronunciar contra a ideia da dissolução da pequena produção mercantil e, ao contrário, afirmar que ela «tomará a forma de uma nova reestruturação», o entendimento do processo de absorção conduz à conclusão de que «a conservação da forma de exploração individual não impede que o seu carácter de pequena produção mercantil tenha desaparecido. A verdadeira decisão não é mais tomada pelo produtor individual mas pelas indústrias agrícolas alimentares»⁽³¹⁾.

A chegada a esta «situação perfeitamente oposta à que os pequenos agricultores tinham intenção de perpetuar»⁽³²⁾ é o corolário de um processo caracterizado pelas seguintes tendências: a «tendência para destituir o produtor individual da propriedade real dos seus meios de produção», resultante dos aumentos contínuos do capital constante e do correspondente recurso ao crédito; a «tendência para um aumento contínuo da produtividade e da intensidade do trabalho» e, finalmente, a «tendência para a limitação do rendimento do produtor a um montante fixo e pouco elevado»⁽³³⁾ identificável ao salário mínimo.

⁽³⁰⁾ C. Servolin, *op. cit.*, pág. 55.

⁽³¹⁾ *Ibid.*, p. 73.

⁽³²⁾ *Ibid.*, p. 73.

⁽³³⁾ *Ibid.*, pp. 71-72.

Esta transformação não é todavia assimilável à proletarização dos produtores agrícolas. Na óptica de Servolin, o caminho da compreensão do processo de absorção não se deve reduzir aos viés da dicotomia autonomia/proletarização mas sim ao esclarecimento da forma como o capital realiza o seu processo de valorização.

A redução da propriedade dos meios de produção à sua dimensão formal não elimina um conjunto de particularidades da pequena produção: as que decorrem da natureza da produção agrícola e «se opõem ao triunfo completo das relações de produção capitalistas»; a socialização da produção que «o estado de facto» da pequena produção oferece ao m.p.c.; e as «vantagens importantes» que o capitalismo vê asseguradas através da transferência dos custos do equipamento e da terra para as explorações individuais. Como já tínhamos visto, o papel assim desempenhado pela pequena produção obvia às dificuldades que a «dupla barreira» da propriedade da terra e do processo de trabalho impõem a penetração do capitalismo nos campos.

Se a evolução proposta por Servolin me parece estar indissociavelmente ligada à evolução que, em geral, se pressupõe ser própria da p.p.m., julgo ser principalmente de realçar dois aspectos: por um lado, o facto de a maximização da subordinação da pequena agricultura ao m.p.c. não ser entendida como a homogeneização das formas de valorização do capital e a assimilação *ipsis verbis* do processo de produção no quadro da pequena agricultura ao modelo industrial e capitalista; por outro, o facto de o ponto de chegada de Servolin, tal como o de partida, atentar na dimensão interna da transformação.

A transitoriedade que o conceito de p.p.m. contém e que está presente em Servolin, opõe K. Vergopoulos⁽³⁴⁾ a ideia de que a pequena agricultura (a produção camponesa) é uma forma «recriada» pelo m.p.c. e que constitui a via da realização dos objectivos que o capitalismo, de sede urbana e industrial, se coloca nas suas relações com a agricultura.

Aliás, à análise deste autor preside uma concepção particular de modo de produção. O m.p.c. é analisado fundamentalmente em função da sua «lógica inclusiva», que se opõe a qualquer «lógica totalizante» que avalie os elementos não imbuídos das relações capitalistas como «resíduos pré-capitalistas». O m.p.c. é, assim, um modo de produção único não exclu-

(34) Kostas Vergopoulos, «O Capitalismo Disforme», in Samir Amin e Kostas Vergopoulos, *A Questão Camponesa e o Capitalismo*, Lisboa, Regra do Jogo, 1978.

sivo e não uniforme e a quem a «mistura» não adultera mas, pelo contrário, é a sua razão de vida — o capitalismo é «disfo.me»⁽³⁵⁾.

A produção camponesa não é encarada como decorrente de um modo de produção específico. É uma «forma de produção», a «expensas do capital», e o objecto fundamental da análise deve residir no seu modo de *integração* no m.p.c.

É a questão da renda fundiária ou, mais geralmente, a do sobre-lucro susceptível de ser captado pela agricultura, que constitui a baliza principal do estudo de Vergopoulos. Essa possibilidade de obtenção de um sobre-lucro decorre da «concorrência limitada» que se estabelece entre a agricultura e a indústria e que, por sua vez, provém da «dupla limitação» representada pela rigidez da oferta de terras e de produtos alimentares. A terra, «único meio de produção que não é reprodutível»,⁽³⁶⁾ ao constituir-se em elemento que limita a concorrência entre a agricultura e a indústria, dá lugar ao surgimento da renda fundiária absoluta — que surge assim como «uma possibilidade de mercado». Este sobre-lucro ganha progressivo significado à medida que é «revalorizado» pelo desenvolvimento das forças produtivas da indústria (baseada em meios reprodutíveis). A agricultura através desse sobre-lucro veria consagrada a escassez relativa dos seus produtos. Nas formações sociais capitalistas, em que o capital urbano e industrial é a «instância reguladora», esta situação é-lhe desfavorável. O objectivo do capital é, assim, «neutralizar os efeitos sociais suscitados pela valorização social dos limites do solo», desvinculando «o espaço agrícola das operações da empresa capitalista»,⁽³⁷⁾ bem como o de contrariar «o excesso durável da procura sobre a oferta de produtos alimentares»⁽³⁸⁾. A via para conseguir ambos os objectivos e para, globalmente, enfraquecer/eliminar a capacidade do sector para a obtenção do sobre-lucro e mesmo do lucro médio é o modelo familiar, a produção camponesa.

A pequena agricultura não é, assim, susceptível de ser analisada segundo critérios que remetam preferencialmente para a rentabilidade interna mas segundo uma óptica de racionalidade do conjunto do sistema. Globalmente, a pequena agricultura caracteriza-se: por ser portadora de uma racionalidade própria, conformável a preços dos produtos agrícolas

⁽³⁵⁾ Cf. também Claude Meillassoux, *Mulheres, Celeiros e Capitais*, Porto, Afrontamento, 1976.

⁽³⁶⁾ K. Vergopoulos, *op. cit.*, p. 189.

⁽³⁷⁾ *Ibid.*, p. 229.

⁽³⁸⁾ *Ibid.*, p. 126.

que asseguram a subsistência da família produtora (o equivalente a um salário); por se basear numa utilização do factor trabalho que conduz a aumentos progressivos da produção; por assentar numa procura de terras que aumenta consideravelmente o seu preço e as subtrai à penetração do capitalismo (a parte do capital fundiário no capital total é extremamente importante, ilustrando-se assim o peso da «esterilização» de que falava Servolin); por garantir um investimento crescente equipando o sector com um capital técnico significativo (um capital-não-relação-social, isto é, não portador da capacidade de extorsão de mais-valia). A produção agrícola assim assente numa multidão de unidades familiares, sem capacidade de negociar os preços e conduzindo a um aumento da oferta de produtos alimentares, quebra a rigidez que limitava a concorrência indústria/agricultura. Não só o sobre-lucro já não é possível de ser retido pelo sector, como a produção agrícola se desenrola predominantemente no quadro de uma racionalidade que permite que os trabalhadores directos sejam, eles próprios, objectos de extorsão de sobre-trabalho.

A pequena produção é, assim, uma forma recriada pelo capital (fruto de um movimento que se contrapõe ao da «esperada» expropriação dos camponeses) e que obvia à transferência («máquina») de valor da indústria para a agricultura. Sendo alheia à lógica capitalista ela é integrada no m.p.c., como uma «forma de produção» que se referencia a uma racionalidade interna própria, mas possível por ser subserviente à racionalidade social do capital industrial, a quem deve a sua existência («um capitalismo sem capitalistas») (39).

Esta análise de K. Vergopoulos contém, pois, vários elementos que importa reter. Desde logo, os que se referem a um entendimento da pequena produção por referência a uma racionalidade social, isto é, a aspectos que decorrem do seu *estatuto* social.

É, contudo, muito nítido o papel teoricamente primordial atribuído ao capital urbano e industrial — isto é, ao que, por simplificação, poderemos chamar o «exterior» da pequena agricultura.

Tal, aliás, como as teorias da submissão formal que, pela sua importância, exigem também que as consideremos aqui (o que faremos tendo presente, basicamente, Claude Faure) (40).

Na medida em que se contrapõem às visões mecanicistas e lineares da reprodução do capital e que tomam como ponto

(39) *Ibid.*, p. 230.

(40) Claude Faure, *Agriculture et Capitalisme*, Paris, Anthropos, 1978, pág. 19.

de partida uma concepção do capitalismo entendido como um processo que «não cessou de se apropriar, de anexar, de submeter formas de produção que, na sua estrutura, não têm nada em comum com ele» ⁽⁴¹⁾, estas teorias possuem um manifesto interesse para os objectivos que este trabalho prossegue.

Neste sentido, o lugar da pequena agricultura é definido, simultaneamente pela não exterioridade relativamente ao m.p.c. e pela não unicidade das relações de produção capitalistas — «a produção opera-se não na base de uma forma de produção única mas, inversamente, a partir de formas variáveis e múltiplas (...) com características particulares» ⁽⁴²⁾. Esta multiplicidade não é, todavia, exterior ao capital. As relações de «dominação-subordinação» que ligam a pequena agricultura ao sistema socio-económico revelam «que a dominação do capital e a extorsão de sobre-trabalho se exerce também onde o capital não está manifestamente presente ao nível do processo produtivo imediato» ⁽⁴³⁾.

Na integração da pequena agricultura, um processo aparece todavia como privilegiado — a circulação. «A produção não é mais que um momento da circulação» ⁽⁴⁴⁾.

É aqui, aliás, que as teorias da submissão formal se revelam menos úteis para aquele que é um dos objectivos mais precisos deste trabalho — a análise dos aspectos internos das pequenas explorações ou, como se disse atrás, o esclarecimento do conjunto diversificado de condições materiais e sociais sobre as quais a reprodução do capital se exerce.

Independentemente duma discussão mais aprofundada que por agora não nos ocupará, interessa retirar das abordagens anteriores algumas conclusões que nos elucidem sobre o significado económico de algumas variáveis em que este «comportamento real de conservação» assenta. É neste sentido que julgamos as contribuições dos autores citados, entre outros ⁽⁴⁵⁾, particularmente importantes.

- a) Desde logo, a questão da *propriedade da terra* ⁽⁴⁶⁾. Embora não sendo inerente a toda a «pequena agricultura» a apropriação da terra pelo trabalhador

⁽⁴¹⁾ *Ibid.*, p. 19.

⁽⁴²⁾ *Ibid.*, p. 20.

⁽⁴³⁾ *Ibid.*, p. 21.

⁽⁴⁴⁾ *Ibid.*, p. 22.

⁽⁴⁵⁾ Nomeadamente, Pierre-Phillipe Rey, *As Alianças de Classes*, Coimbra, Centelha, 1979 e Jerzy Tepicht, *Marxisme et agriculture. Le paysan polonais*, Paris, Ed. Armand Colin, 1973.

⁽⁴⁶⁾ Cf. Pedro Hespanha, *op. cit.*

directo constitui, pelo menos, um movimento tendencial representativo. A propriedade constitui para a pequena agricultura um aspecto importante do seu desenvolvimento e do domínio das condições de trabalho.

Vimos como em Servolin a compra de terras numa óptica capitalista comporta uma «esterilização do capital», isto é, uma não obtenção da taxa média de lucro e como, para K. Vergopoulos, a sua apropriação pelo campesinato corresponde à anulação da possibilidade de obtenção de um sobre-lucro por parte do sector agrícola, (ou seja, o capital resolve, por esta via, a questão da renda fundiária).

- b) Aliás, a questão anterior relaciona-se com outro aspecto decisivo para a caracterização da pequena agricultura — o seu *objectivo económico* ⁽⁴⁷⁾. O pressuposto da maximização do lucro como princípio norteador da actividade não é atribuível de forma genérica à realidade que nos ocupa. O trabalhador directo não tem, pois, o comportamento do empresário capitalista. A subsistência do trabalhador e da sua família e a reprodução dos meios de produção, ou a procura da garantia de trabalho, são objectivos que, eventualmente por forma diversa, se traduzem por uma característica comum que é a não obtenção da taxa média de lucro. É assim que tal como a terra não é um capital, também os meios de produção que constituem o «capital de exploração circulante» não são portadores da relação de produção dominante em m.p.c., não são suporte da extorsão de sobre-trabalho alheio, e não são remuneráveis como capital a uma taxa de juro determinável. Pelo contrário, representam bem a forma como sobre os seus proprietários vão cair os custos da sua obtenção e da sua amortização.

A propriedade do «factor capital» não é assim portador de uma racionalidade que associe o pequeno agricultor à esfera capitalista. E isto talvez

(47) A este propósito não pode deixar de se referir a análise globalmente latente de A. V. Chayanov, «Peasant Farm Organization», in Thorner, Kerblay e Smith (eds.), *The Theory of Peasant Economy*, Homewood, Illinois, Richard Irwin, 1966 e «Teoria dos Sistemas Económicos não-Capitalistas», in *Análise Social*, vol. XII, 2.º, 1976.

pela simples razão de que não estamos efectivamente em presença de *capital* mas sim de um conjunto de meios de produção, de um «capital técnico».

- c) A *ausência do salário* é outro elemento importante na caracterização da pequena agricultura. É sabido como a contabilização do factor «trabalho» é um dos fundamentos da racionalidade própria que referimos na alínea anterior. A conjugação das figuras do trabalhador directo e do proprietário é um dos aspectos definidores do «quadro institucional em que se desenvolve o processo de trabalho e que baliza a «auto-exploração» do pequeno produtor.

Naturalmente que a ausência desta relação social característica do capitalismo não basta, só por si, para que concluamos pela não existência de exploração do trabalho directo. Já verificámos que a integração da pequena produção no processo de valorização do capital é um facto. O aspecto que importa reter é, contudo, o do significado económico e social da conservação deste quadro. Ou, por outras palavras, esclarecer porquê o capital, nomeadamente as Indústrias Agro-Alimentares, não subvertem o estado actual tomando elas próprias o domínio do processo produtivo através do trabalho por si assalariado.

A razão está naturalmente no facto de os custos sociais serem, no quadro da pequena produção, significativamente mais baixos, na medida em que o equivalente de um salário representa uma forma de remuneração que, dada a natureza da organização interna da família camponesa, ainda constitui a base de uma acumulação e desenvolvimento da tecnologia visando aumentos de produtividade. Por outro lado, esta característica do trabalho utilizado associa-se à intensificação que a própria produção agrícola exige.

- d) A *natureza do processo de trabalho* em agricultura é, pois, outro factor que concorre para o desenvolvimento da produção no quadro da pequena agricultura e para a sua coexistência com formas tipicamente capitalistas.

Já vimos como C. Servolin analisa as «características particulares» do trabalho agrícola; já vimos como esta ideia deve frutificar associada à compreensão da divisão de trabalho interna à agricultura.

Esta divisão é *social* no sentido em que, comportando diferentes relações de preços, veicula uma diferente distribuição do rendimento entre os agentes produtivos, conferindo às formas tipicamente capitalistas produções menos exigentes em trabalho e com remunerações mais elevadas.

Aliás, na exploração familiar o trabalho torna-se cada vez mais intenso, quer pela política de preços (definida fundamentalmente segundo os interesses do capital industrial) quer pela progressiva dependência em que a pequena agricultura se encontra. Esta dependência decorre em grande parte do endividamento que certas exigências de investimento comportam. Esta situação de dependência dá lugar ao conhecido comportamento atípico da oferta de produtos agrícolas: como os preços são baixos, como a necessidade de obtenção de massa monetária se avoluma, as quantidades colocadas no mercado aumentam. É assim, aliás, que a pequena agricultura contém em si a possibilidade de aumentos crescentes da produtividade do trabalho.

- e) Este quadro de coexistência/inclusão é dominado pela presença de um árbitro que as partes em presença têm reconhecido — o Estado. «Se é verdade que uma agricultura de p. p. m. fornece os produtos ao mais baixo preço possível, é também natural que o Estado organize e arbitre a sua coexistência com o m. p. c. no próprio interesse deste»⁽⁴⁸⁾. A questão dos preços agrícolas, assim constituída em «assunto de Estado», é pois o aspecto primeiro desta «arbitragem». Se é verdade que à pequena produção mercantilizada têm que ser conferidos rendimentos que minimamente (no pressuposto da sua lógica interna) lhe assegurem a sobrevivência e a reprodução, é ainda mais verdade que a política de preços dos produtos que asseguram a reprodução da força de trabalho é de primordial importância para o capital industrial. Mas a acção do Estado manifesta-se ainda nos domínios das *economias externas* (as vias de comunicação, as infraestruturas de irrigação e drenagem...) e das *estruturas agrárias*. Neste último domínio, o Estado, nomeadamente através de medidas de política como o emparcelamento e o crédito, visa a opti-

⁽⁴⁸⁾ C. Servolin, *op. cit.*, p. 58.

mização da dimensão e da estrutura da pequena agricultura. Privilegiar a propriedade «anã» não é, evidentemente, um objectivo do Estado. A necessidade do seu redimensionamento é inquestionável, mas trata-se de um redimensionamento que assegura as características que tornam a pequena produção socialmente rentável.

- f) A análise da pequena agricultura, ou mesmo da agricultura em geral, não deve portanto proceder da referência a uma racionalidade individual centrada na empresa/exploração. Deve, isso sim, submeter-se à ideia de que à racionalidade individual se contrapõe, determinando-a, uma *racionalidade social*, ela própria constituindo *um conjunto articulado de racionalidades*. O funcionamento do sistema económico não é, evidentemente, pacífico, rectilíneo; as políticas económicas e designadamente as políticas agrárias não são, é claro, delineadas e executadas com um rigor minucioso que lhes confira identificação óbvia com os interesses e objectivos que procuram. O sistema, como as políticas, conhece fases, contradições, incoerências. Mas a conservação de formas produtivas como a que aqui nos ocupa, ganha inevitavelmente um sentido económico e social que não se pode colocar à margem da teoria, sacrificando-as a conceitos puros ou a análises metodologicamente feridas pela exterioridade que comportam relativamente ao objecto de estudo.
- g) A inserção da pequena agricultura no m. p. c. não é, portanto, estática nem sequer uniforme. Conterá elementos de *transformação* e realiza-se pela *diversidade*. Não se pode pois concluir que estejamos perante uma coexistência que consagre a manutenção de um sector atrasado balizado por critérios únicos.

Três aspectos valerá a pena reter para caracterizar este processo dinâmico de inserção: o aumento da produtividade agrícola («a pressão do sistema económico obrigou os agricultores a ganhos de produtividade de que beneficiou o conjunto do sistema económico»⁽⁴⁹⁾); o recurso crescente ao crédito bancário; a ligação mais ou menos indirecta às Indústrias Agro-Alimentares.

(49) M. Gervais, *op. cit.*